

Veja empunhou bandeira da liberdade de maneira oportunista

É inegável o avanço alcançado por nosso país no campo da livre expressão das idéias. Neste sentido, é louvável que a imprensa fiscalize e critique a ação estatal e, até mesmo, as opções políticas adotadas pelos ocupantes eventuais de cargos eletivos no âmbito do Poder Executivo.

Inaceitável, contudo, é valer-se *Veja* do trauma nacional da supressão de direitos e garantias legados de um período de exceção apenas recentemente superado para omitir atos conspurcatórios da honra alheia, empunhando, de maneira oportunista, a bandeira das liberdades democráticas.

Somente a ignorância jurídica ou um estreito conceito de democracia pode compactuar com o ataque aos próprios alicerces do edifício democrático. Em países liberais desenvolvidos — como os Estados Unidos, que *Veja* tanto exalta —, é corriqueira a convocação de jornalistas pelos órgãos públicos para a prestação de informações. Não se tem notícia de que veículos como *Newsweek*, *Washington Post* ou *The New York Times*, ao verem-se na contingência de terem seus articulistas ou repórteres intimados, divulguem estarem sendo vítimas de perseguição governamental.

Que fará *Veja* quando seus repórteres forem chamados a prestar declarações em juízo? Também atacará o Poder Judiciário? Acaso haja fiscalização trabalhista na sua sede, alegará tratar-se de “armação” do governo federal? Se o Corpo de Bombeiros resolver efetuar uma visita de rotina para verificar o estado dos extintores de incêndio do prédio em que funciona o semanário, será uma afronta ao direito de informar, perpetrado pelo governo fluminense, agora aliado de Lula?

Uma das diferenças entre países desenvolvidos (como os Estados Unidos) e países tupinambás — para usar uma expressão contida na última edição de *Veja*, na designação do Brasil — é que, naqueles, pessoas e entidades não se colocam acima das instituições, acatando-as.

Veja, clara e abertamente, filiou-se à candidatura tucana para à Presidência da República. Na insuspeita qualidade de não-marxista, de não-petista e de auto-assumido conservador, não compreendo como sua linha editorial permitiu tal postura de amesquinamento jornalístico, tão equivocada quanto incompatível com a responsabilidade de um veículo de comunicação de massas.

Segundo creio, o compromisso primeiro e maior do jornalismo deveria ser com a verdade. Todavia, em adotando tal postura, menos ainda entendo a imputação de parcialidade formulada por *Veja* em face de servidores e órgãos públicos. Contudo, quando se desce ao nível da descontextualização de fatos, da manipulação de dados e da generalização de meias-verdades, torna-se difícil manter ou recuperar a credibilidade. E como “a melhor defesa é o ataque”, a posição de “coitadismo” de *Veja* diante dos órgãos oficiais avulta muito mais como estratégia do que como autêntica advertência em face de pretenso autoritarismo.

A possibilidade de crítica política que conquistamos a duras penas e ao custo de algumas vidas é uma vitória democrática. Algo bem diverso é a prática jornalística socialmente descompromissada, que admite até mesmo a injúria em face de profissionais sérios, ocupantes de cargos públicos relevantes, que enfrentam toda a sorte de dificuldades no desempenho de seu mister e que estão, agora, submetidos ao

destróçamento moral, diante dos injustos ataques de *Veja*.

E surpreende o adesismo conveniente de certos vultos destacados. Vergonhosa a postura pública do presidente da OAB ao asseverar que a PF desrespeita advogados, sem citar nenhum fato concreto (algo que faria corar causídicos da estirpe de um Rui Barbosa). Pusilânimes as assinaturas de parlamentares em notinhas reproduzidas em *Veja* (amanhã, tais personagens poderão ser as vítimas, mas quem se importa? Por hoje, garantiu-se a exposição gratuita na mídia).

A história cobrará a coerência de muita gente. A liberdade de imprensa é uma instituição cara demais à democracia para ser tomada em vão por jornalistas irresponsáveis. *Veja* recorre, cada vez mais, a uma postura raivosa, sofista e rasteira. A Polícia Federal é um órgão constitucional permanente. Eles passarão, mas não a necessidade de uma força pública corajosa e atuante, como o DPF. Tampouco esmorecerá a luta do povo brasileiro, dos verdadeiros democratas, pela consolidação de nossas instituições. Somos maiores. Não nos encontramos no mesmo plano. Recusamo-nos a descer ao nível da sujeira e da mentira, freqüentado por alguns destes “jornaleiros”.

Date Created

09/11/2006